



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

PROCESSO LICITATÓRIO nº 54/2026 **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA nº 02/2026**

QUADRO RESUMO

- 01 – CONCORRÊNCIA PUBLICA ELETRONICA nº 02/2026**
- 02 – TIPO: MENOR PREÇO e MELHOR TÉCNICA.**
- 03 – ORGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
- 04 – OBJETO:** Contratação de empresa especializada para serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional, destinados ao atendimento das demandas as Secretaria Municipal de Educação.
- 05 – MODO DE DISPUTA:** fechado.
- 06 – VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 69.906,72 (sessenta e nove mil, novecentos e seis reais e setenta e dois centavos).
- 07 – REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço global.
- 08 – DATA BASE DO ORÇAMENTO:** março de 2026.
- 09- AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO:** não será exigida.
- 10 – GARANTIA DE PROPOSTA:** não.
- 11 – ME/EPP/EQUIPARADAS:** itens exclusivos para ME/EPP e EQUIPARADAS.
- 12 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:** 12 meses contados da assinatura do contrato.
- 13 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** 12 (doze) meses contados da ordem de serviço.
- 14 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL E MELHOR TÉCNICA.**
- 15 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:** até 3 (três) dias úteis antes da data de apresentação das propostas.
- 16 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** até 07/07/2026, às 08h29min (horário de Brasília).
- 17 – ABERTURA DA SESSÃO:** 07/07/2026, às 08h30min (horário de Brasília).
- 18 – ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitanet.com.br .
- 19 – AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL:** Marciel de Paula Souza
- 20 – COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL:** instituída pelo Decreto nº 14.060 de 27/02/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

21 - LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA: Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e Instruções Normativas da SEGES – Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

22 - INFORMAÇÕES: edital e anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos sítios www.licitanet.com.br, <https://www.frutal.mg.gov.br>, www.gov.br/pncp/pt-br ou no setor de licitações, localizado no paço municipal ou via e-mail licitacao@frutal.mg.gov.br.

Frutal/MG, 14 de maio de 2026.

MARCIEL DE PAULA SOUZA
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA nº 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO nº 54/2026

O **MUNICÍPIO DE FRUTAL**, com sede no Paço Municipal localizado na Praça Dr. França – n. 100 - centro, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 18.449.132/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Bruno Augusto de Jesus Ferreira e Agente de Contratação, designado pelo Decreto Municipal nº 14.060/2026, torna público que se encontra aberta Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA nº 02/2026**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO - PROCESSO LICITATÓRIO nº 54/2026**, pelo modo de disputa fechado, objetivando a contratação de empresa especializada para serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional para Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades, especificações e exigências descritas neste edital e seus anexos, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal n. 123/2006, Instruções Normativas da SEGES – Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A sessão de processamento da Concorrência Pública será realizada na Prefeitura Municipal de Frutal/MG, com sede na Praça Dr. França, nº 100, Bairro Centro, iniciando-se no **dia 07/07/2026 às 08h30min** e será conduzida pelo agente de contratação com o auxílio da Equipe de Apoio, designados conforme Decreto Municipal nº 14.060/202.

I - OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, visando ao aprimoramento da gestão administrativa, pedagógica e estratégica da rede municipal de ensino, conforme condições, especificações e exigências descritas neste edital, termo de referência, estudo técnico preliminar e demais anexos que integram este edital, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades, especificações e exigências descritas neste edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

1.2. O valor estimado nesta licitação se enquadra no previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal n. 123/06, razão pela qual o objeto licitado CONSTITUI **COTA ÚNICA EXCLUSIVA**, ou seja, é destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Equiparados, ou seja, Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei Federal n. 11.488/07 e Empresários Individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006, conforme disposto no artigo 48, I, também da Lei Complementar nº 123/2006, artigo este com redação dada pela Lei Complementar Federal n. 147/2014.

1.3. O vencedor da licitação deverá fornecer equipe técnica qualificada, materiais, mão-de-obra, serviços, ferramentas e equipamentos necessários para prestação dos serviços objeto deste certame, conforme descrito no TERMO DE REFERÊNCIA e ETP anexos.

1.4. O fornecimento e a entrega dos serviços contratados se darão na forma descrita neste edital e seus anexos, de maneira que a empresa contratada deverá prestá-los em 20 horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

- a) 16 (dezesesseis) horas semanais em regime remoto (online);
- b) 04 (quatro) horas semanais em regime presencial, na secretaria municipal de educação.

1.5. O fornecimento do objeto será coordenado e fiscalizado por responsável indicado pela Prefeitura ou por comissão de fiscalização nomeada para este fim específico, de sorte que a empresa contratada deverá elaborar um plano de trabalho estruturado, com definição de metas e resultados, metodologia, cronograma e produtos a serem entregues e submetê-lo à prévia aprovação pela Secretaria Municipal de Educação antes de iniciar sua execução.

II – PARTICIPAÇÃO e CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar no certame os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que preencham as exigências de habilitação, as condições estabelecidas neste edital e na Lei Federal n. 14.133/21 e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico: www.licitanet.com.br.

2.2. A participação do licitante nesta CONCORRÊNCIA PÚBLICA eletrônica se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Prefeitura de FRUTAL/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

<https://www.frutal.mg.gov.br>, www.licitanet.com.br, através de manifestação de operador formalmente designado.

2.3. Somente poderão participar da **COTA EXCLUSIVA** as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Equiparados que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que preencham as condições estabelecidas neste edital quanto à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal.

2.3.1. Licitantes não qualificados na forma do item **2.3** deste edital poderão participar da **COTA EXCLUSIVA** somente se não estiver participando deste certame nenhuma Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Equiparados, ou seja, Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei Federal n. 11.488/07 e Empresários Individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006, alterado pela Lei Complementar Federal n. 147/2014.

2.4. O acesso do operador à CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, para efeito de encaminhamento de proposta técnica e de preço, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a prefeitura, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6. Caberá à licitante interessada:

- a) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- b) comunicar, imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.7. Ao participar deste certame, o licitante se responsabiliza:-

2.7.1. formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

2.7.2. por acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, inclusive pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

2.7.3. em comunicar ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.8. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “LICITANET” (www.licitanet.com.br), o licitante deverá utilizar o suporte técnico através do telefone (34) 2512-6500 ou através do e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.

2.9. É de responsabilidade do cadastrado e de seu representante legal conferir no Sistema a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualizações.

2.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.11. Cada empresa credenciada poderá participar por meio de um único representante legal, devidamente cadastrado.

2.11.1. Entende-se por representante legal da empresa credenciada aquele a quem o contrato social/estatuto confere os poderes para representar a sociedade, inclusive no que se refere à outorga de procurações.

2.11.2. Na sessão as licitantes poderão se fazer representar:

a) **diretamente** por um diretor ou um de seus sócios, proprietário ou dirigente com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **indiretamente** por meio de:

b.1.) PROCURAÇÃO PARTICULAR, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou

b.2.) PROCURAÇÃO OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou

b.3.) CARTA DE CREDENCIAMENTO específica, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA.

2.12. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica se cadastrar, no mesmo certame, como



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

representante legal de mais de uma empresa credenciada, salvo nos casos de lotes/itens distintos.

2.13. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao CONCORRÊNCIA PÚBLICA eletrônico.

2.14. É de responsabilidade do credenciado e de seu representante manter as informações fornecidas sempre atualizadas, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.15. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante no momento da habilitação.

2.16. Será exigida do vencedor do certame a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-financeira e regularidade fiscal.

2.17. Será vedada a participação, direta ou indireta, de licitante/interessado:

- a) com falência decretada ou concordatária, salvo se em recuperação judicial e, neste caso, deverá apresentar o plano de recuperação.
- b) descrito nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/21;
- c) descrito no caput, incisos e parágrafos do art. 14 da Lei n. 14.133/21;
- d) inidônea para licitar ou contratar, assim declarada pela União, ou por qualquer Estado ou por Municípios e aquelas impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com o Município de Frutal/MG;
- e) cujo ramo de atividade não abranja a prestação dos serviços licitados;
- f) proibidas de contratar ou licitar com o Poder Público em virtude de condenação civil por ato de improbidade administrativa, constante no Conselho Nacional de Justiça;
- g) que não estejam legalmente constituídas;
- h) que não satisfaçam as exigências editalícias;
- i) que possua em seu quadro diretivo ou societário e/ou entre seus dirigentes e responsáveis técnicos:
 - i.1.) membro ou servidor do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Frutal/MG;
 - i.2.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura do Município de FRUTAL para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização ou outros cuja execução, concomitantemente com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

- i.3.) cônjuge, companheiro ou parente até 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade, de membros ou servidores da Prefeitura do Município de Frutal/MG;
- i.4.) agente público da Prefeitura de Frutal/MG.
- j) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- k) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observados os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas previstas neste edital e na legislação vigente.
- l) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- m) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- n) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- o) que não cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários;
- p) entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil – OSC atuando nessa condição (TCU – Acórdão n. 2426/2020);
- q) pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.
- r) que não esteja enquadrada no item 2.3, referente a cota única (COTA EXCLUSIVA), somente podendo participar caso ocorra o previsto no item 2.3.1.

PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

2.18. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

2.19. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

2.20. A empresa consorciada deverá entregar, junto com os documentos de habilitação:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.

2.21. A empresa líder do consórcio será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

2.22. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

2.23. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

2.24. O licitante vencedor consorciado é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 2.19 -“a”, que deverá prever:

2.24.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

2.24.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

2.24.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimentos que vierem a ser contratados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

2.24.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;

2.24.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

2.24.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

2.25. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.26. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.27. O consórcio que vier a participar da COTA EXCLUSIVA deverá ser formado exclusivamente por ME/EPP/EQUIPARADAS, exceto se não estiver participando deste certame nenhuma ME/EPP/EQUIPARADAS.

2.28. Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

2.29. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

- I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012 e a Lei Complementar nº 130/2009;
- II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690/2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

MICROEMPRESAS E ASSEMELHADOS

2.30. Serão concedidos o tratamento e benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei Federal n. 14.133/21, ao microempreendedor individual -MEI, nos limites previstos na Lei Complementar Federal n. 123/2006 e às equiparadas que comprovarem sua regular situação e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21.

2.30.1. Para todos os fins deste edital, considera-se como “equiparadas” :

- a)** o agricultor familiar, conforme art. 3º-A da Lei Complementar nº 123/2006;
- b)** o produtor rural pessoa física, conforme art. 3º-A da Lei Complementar nº 123/2006;
- c)** o microempreendedor individual – MEI, nas situações previstas nos arts. 3º e 18-E da Lei Complementar Federal n. 123/2006, regularmente estabelecidos no país;
- d)** as cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488/2007.

2.30.2. Para o exercício do direito de preferência, tratamento diferenciado e fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista, previstos neste edital, a condição de microempresa, ou de empresa de pequeno porte, ou de sociedade cooperativa, ou de microempreendedor individual -MEI ou equiparada, deverá ser provada pelo licitante no ato do credenciamento, documentalmente e por todos os meios juridicamente idôneos, em obediência aos termos do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21 por todos os meios juridicamente idôneos.

2.31. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as disposições dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.32. A Administração Pública inabilitará, desclassificará ou rescindirá o contrato, conforme for o caso e de acordo com a fase procedimental em que se encontre esta licitação, quando evidenciada a ocorrência de quaisquer fatos ou circunstâncias descritas nesta cláusula.

2.33. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; bem como a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.34. O licitante responde integralmente por todos os atos praticados por seus representantes devidamente credenciados nesta licitação.

2.35. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas condições e obrigações inerentes ao certame.

III – CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

- 3.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4.1.** No caso de licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 3.4.2.** No caso de licitação em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2026, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.5.** As declarações que o sistema não facultar inserir em campo próprio por ocasião do cadastramento da proposta deverão ser apresentadas pelo licitante detentor da melhor proposta, juntamente com seus documentos de habilitação, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.
- 3.6.** A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no art. 299 do Código Penal e neste Edital.
- 3.7.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
- 3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10.** Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 03.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. A pessoa credenciada, por qualquer forma, deverá ter poderes específicos para:

- a.) manifestar-se em nome da proponente, inclusive ofertar lances;
- b.) desistir da interposição de eventuais recursos; e,
- c.) assinar contrato.

3.13. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

IV – INCLUSÃO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS E TÉCNICAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado “LICITANET”, no site www.licitanet.com.br, no ícone “Área do Licitante”, mediante digitação de *login* e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, as propostas técnica e financeira com os respectivos documentos solicitados neste edital para esta etapa procedimental, **necessariamente, antes da data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.3. Os documentos necessários à complementação dos já apresentados na habilitação poderão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

4.4. Os documentos que compõem a proposta técnica somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.5. Para a inclusão das propostas, o representante credenciado deverá aceitar eletronicamente:

- a) o **“Termo de Credenciamento”** possibilitando à Administração conhecer qual representante está autorizado pela licitante a participar da presente licitação;
- b) a **“Declaração de Habilitação”** informando que atende aos requisitos de habilitação exigidos no presente certame.

4.6. O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

4.6.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.2. Para os fins do disposto neste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488/2007.

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento das propostas técnicas.

4.8. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo 34-2512.6500 ou através do e-mail: forneecedor@licitanet.com.br.

V – PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

5.1. A proposta de preço e a proposta técnica serão encaminhadas, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública e deverão estar devidamente preenchidos os campos disponíveis, contendo os dados e especificações determinadas no termo de referência e conforme as regras abaixo.

5.2. O licitante deve encaminhar toda documentação referente à proposta técnica que será utilizada na apuração da pontuação em conformidade com o termo de referência e itens abaixo.

5.3. A proposta técnica deverá apresentar além dos requisitos e dados descritos no termo de referência, os seguintes elementos:

5.3.1. Declaração que a empresa atende todos os requisitos e exigências contidos no termo de referência;

5.3.2. Comprovação da EQUIPE TÉCNICA por meio do encaminhamento dos seguintes documentos:

a) Cópia autenticada de documentos comprobatórios dos títulos pontuados, de pós-graduação, mestrado e/ou doutorado e experiência da equipe técnica;

b) Cópia autenticada da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro do profissional que compõe a equipe técnica quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente ou, contrato de prestação de serviços dos mesmos com a empresa proponente;

5.4. Os documentos exigidos nas alíneas supramencionadas deverão constar da Proposta Técnica, obrigatoriamente, sendo que o não atendimento do estabelecido no Termo de Referência e Edital de Licitação, seja por apresentação incompleta dos documentos, ausências e/ou omissões de itens, rasuras, emendas ou entrelinhas, implicará no não cômputo dos pontos correspondentes.

5.5. A definição dos pontos relativos a **Equipe Técnica** será realizada mediante o somatório das pontuações, respeitando-se o limite de pontuação mínima, atribuída de acordo com os critérios definidos na MATRIZ DE AVALIAÇÃO TÉCNICA anexa ao edital.

5.6. A proposta técnica deverá conter todos os documentos exigidos no termo de referência como prova ao direito à pontuação.

5.7. A aferição da **NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA** analisada será feita por meio do somatório dos pontos da **EQUIPE TÉCNICA e da EXPERIÊNCIA DA EMPRESA**,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

respeitando-se os limites máximos e mínimos estabelecidos no Termo de Referência, conforme fórmula que segue:

$$NPT = (ET) + (EE)$$

04

Onde: NPT = Nota da Proposta Técnica

ET= Pontuação da Equipe Técnica = item 04 da MATRIZ DE AVALIAÇÃO.

EE= Pontuação da Experiência da Empresa = itens 01, 02 e 03 da MATRIZ DE AVALIAÇÃO.

04 = Divisor

5.8. Apenas os licitantes que tenham atingido a pontuação mínima estabelecida para cada um dos itens relativos à **EQUIPE TÉCNICA e a EXPERIÊNCIA DA EMPRESA** serão considerados classificados e habilitados à fase de julgamento das Propostas Financeiras.

5.9. A pontuação mínima exigida para cada um dos itens descritos na MATRIZ DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (anexa ao edital) relativa à EQUIPE TÉCNICA e à EXPERIÊNCIA DA EMPRESA é a seguinte:

- a) item 1 - experiência da empresa: pontuação mínima = 05 pontos;
- b) item 2 - qualificação da empresa: pontuação mínima = 05 pontos;
- c) item 3 - plano de trabalho/metodologia: pontuação mínima = 05 pontos;
- d) item 4 – especialização acadêmica: pontuação mínima = 02 pontos.

5.10. A proposta de preços deverá conter os requisitos descritos no termo de referência e os seguintes elementos:

- a) valor mensal e valor global expressos em moeda corrente nacional e apurados à data da sua apresentação, com até **duas casas decimais**, em algarismo, incluídos além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos incidentes e transporte, assim como todas despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- b) **prazo de validade da proposta: 60 dias** contados da data limite para sua apresentação.
 - b.1) No caso do prazo de validade ser omitido na proposta, o agente de contratação considerará o prazo acima mencionado;
- c) **condições de pagamento:** parcelas mensais, iguais e sucessivas, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais, conforme proposta e demais anexos;
- d) **prazo de início de entrega:** conforme Termo de Referência.
- e) **prazo de pagamento:** conforme Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

5.10. As Propostas financeiras serão avaliadas de acordo com os preços ofertados pelos licitantes, sendo atribuída a Nota Financeira em função da seguinte formula:

$$NF = MP / P \times 10$$

Onde: NF = Nota Financeira

MP = Menor Preço das Propostas Financeiras Apresentadas

P = Preço da Proposta Financeira Analisada

5.11. Na formulação da proposta, ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

5.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas, custos operacionais e encargos tributários, previdenciários, trabalhistas, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento do objeto da presente licitação.

5.13. A proposta de preços poderá, se for o caso, se fazer acompanhar de catálogos, prospectos, manuais descritivos de algum dos serviços ou produtos ofertados, contendo informações técnicas sobre o mesmo, além de outros documentos que o licitante entender como convenientes para a perfeita caracterização do mesmo e que comprovem que o serviço atende as especificações do edital.

5.14. A proposta financeira não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

5.15. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

5.16. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, de maneira que a apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.17. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atendam às condições, especificações e prazos estabelecidos no edital e anexos;
- b)** contiverem vícios insanáveis;
- c)** apresentem **VALOR UNITÁRIO** ou **VALOR GLOBAL** superiores aos limites estabelecidos no termo de referência anexo a este edital;
- d)** apresentem preços manifestamente inexequíveis ou que estiverem acima do preço máximo definido para cada inscrição, conforme previsto no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

e) apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, exceto quando se referirem aos serviços, instalações e materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie parcela ou a totalidade da remuneração;

f) não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração;

g) apresentem desconformidade com quaisquer exigências do edital e de seus anexos, desde que insanável;

5.18. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

5.19. No caso de bens e serviços em geral, é indício de **inexecuibilidade** das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.20. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, o agente de contratação poderá, para fins de subsidiar sua decisão quanto à aceitabilidade, realizar **diligências** para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que comprovem a exequibilidade da proposta, no sentido de:-

5.20.1. apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

5.20.2. solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

5.21. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

5.22. Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou o menor lance que:

a) for insuficiente para cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.23. Para os fins do disposto neste item, considera-se **vício sanável**, entre outros, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II- o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III- aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV- a atualização de documentos que tenham vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

5.24. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação da proposta.

5.24.1. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.24.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

5.24.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.25. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital e seus anexos.

5.26. Uma vez aberta a sessão pública não será aceita a retirada, desistência ou substituição da proposta financeira ou da técnica ofertadas, cabendo ao licitante a responsabilidade civil e penal pelo descritivo que apresentar.

5.26.1. Não poderá haver desistência das propostas ofertadas sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

5.26.2. O licitante que retirar ou desistir de sua proposta será punido na forma estabelecida neste edital.

5.27. Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário da sessão, ao prazo fixado para entrega da documentação, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

5.28. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

VI – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E PROCEDIMENTO

6.1. O critério de julgamento adotado é o **TÉCNICA E PREÇO**, nos termos dos arts. 6º, XXXVIII, alínea “c”, 33, inciso IV e 34, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

6.2. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos neste edital e termo de referência, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

6.3. A classificação final dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada (MP) das valorizações da Proposta Técnica (peso 70) e da Proposta de Preço (peso 30) através da seguinte fórmula:

$$MPF = \frac{(NPT \times 70) + (NF \times 30)}{100}$$

Onde:

MPF = Média Ponderada Final

NF = Nota Financeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

NPT = Nota da Proposta Técnica
70 = Peso Atribuído à Proposta Técnica

30 = Peso Atribuído à Proposta Financeira
100 = Divisor

6.4. Será considerada vencedora a licitante que atender todas as condições do Termo de Referência e do Edital de Licitação e obtiver a maior pontuação apurada pela Média Ponderada Final definida acima.

6.5. A classificação será por ordem decrescente do maior número de pontos apurados na MPF, de acordo com os critérios previstos neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.

6.6. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do agente de contratação em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.7. O Agente de contratação verificará a descrição do objeto ofertado e desclassificará sumariamente:

a) as propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no termo de referência e neste edital;

b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.7.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante ou documentos por ela apresentados, o agente de contratação ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.7.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço.

6.8. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.9. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à eventual desclassificação.

6.11. O valor da contratação será aquele constante na proposta financeira apresentada pela empresa vencedora.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação da proposta.

6.13.1. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 5 (cinco) minutos indicados pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.14. Será adotado o modo de disputa **fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances, nos termos do art. 56, § 2º da Lei Federal n. 14.133/2021.

6.15. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.

6.16. Havendo desconexão do sistema eletrônico que persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, o agente de contratação deverá suspender a sessão pública e reiniciá-la somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema da concorrência.

6.17. Iniciada a sessão o agente de contratação e comissão designada passarão à análise e avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço, observadas as regras e as condições previstas neste edital, devendo indicar as razões de eventuais desclassificações.

6.18. Na sequência a comissão/banca designada passará à análise das propostas técnicas e dos quesitos de natureza qualitativa.

6.19. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.20. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.21. Encerrados os prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.23. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e as licitantes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.24. Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a classificação das notas finais, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.24.1. Entende-se por empate, situações em que as propostas apresentadas pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) acima da maior nota final da primeira colocada.

6.25. A preferência de contratação será concedida na forma do art. 44 da Lei Federal n. 123/2006, a saber:

6.25.1. O sistema identificará as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com a nota final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.25.2. Nessas condições, as propostas financeiras de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.25.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25.5. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores:

- a) Primeiramente será garantida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município;
- b) Existindo mais que uma ME e EPP sediada no município, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- c) Não existindo ME ou EPP sediada no município, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25.6. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, naquela ordem estabelecida.

6.25.7. Os procedimentos indicados nos itens acima não serão levados em consideração quando:

- a) o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; e
- b) o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.26. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem se no ano-calendário de realização da licitação tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.27. O empate e critérios de desempate, ocorridos nos termos do art. 44 da LC 123/2011 e subitens anteriores, não se aplicam quando a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, conforme disposto no § 2º do mesmo dispositivo legal.

NEGOCIAÇÃO

6.28. Encerrada a etapa de julgamento das propostas, caso a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja mais que 10% (dez por cento) acima do valor estimado da contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

6.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29. A negociação de que trata o subitem 6.26 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.30. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

6.31. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada após negociação, contendo os preços e o novo valor total para a contratação, **incluída planilha de custo, se for o caso**, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a para o e-mail licitacao@frutal.mg.gov.br, **no prazo de 02 (duas) horas úteis**, prorrogável por igual período, contado a partir da solicitação do Agente de contratação, sob pena de desclassificação.

6.31.1. A proposta adequada deverá conter a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, inclusive composição de BDI, se for o caso, sob pena de não aceitação da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

6.31.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.32. A qualquer momento, o agente de contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.

JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.33. Após a negociação, se houver, o agente de contratação examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

6.34. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se efetivamente fazia jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

6.35. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.36. Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances, o agente de contratação disponibilizará no sistema os documentos apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar que acompanham a proposta técnica.

6.37. Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, sob pena de preclusão.

6.38. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto neste edital.

6.39. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

VII - FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Inicialmente o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

a) CCF: CADASTRO CENTRAL DE FORNECEDORES/CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL MUNICIPAL;

b) Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

b.1.) Nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

b.2.) A consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU abrange o cadastro do CEIS e CNEP, assim como eventuais sanções aplicadas pela própria Corte de Contas da União e aquelas contidas Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA).

c) Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

f) Conselho Nacional de Justiça: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

7.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3. Constatada a existência de sanções, suspensões ou impedimentos, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o agente de contratação identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas, civis e penais e aquelas previstas no Decreto Municipal n.12.985/2024.

7.5. Superada a consulta de que trata o subitem deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU NESTE EDITAL, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação, juntamente com a proposta readequada conforme disposto neste edital.

7.5.1. Toda documentação deverá ser anexada via sistema eletrônico (anexos da proposta), podendo ser inserida lote a lote ou poderá selecionar a opção “marcar todos” para inserir a documentação de todos os lotes com proposta.

7.5.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou por declaração de autenticidade assinada por advogado.

7.5.3. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

7.6. O licitante poderá deixar de juntar os documentos abrangidos pelo Cadastro Central de Fornecedores da Prefeitura – CCF, cuja regularidade será verificada por meio do Certificado de Registro Cadastral/CERCA.

7.7. Caso faça uso da faculdade de que trata o subitem anterior, é dever do licitante atualizar previamente a documentação constante do CCF para que estejam vigentes na fase de habilitação e possam ser comprovadas pelo CERCA, ou encaminhar, no prazo previsto no subitem 7.5, a respectiva documentação atualizada, na forma do Decreto Municipal n. 13.025/2024.

7.8. O julgamento da habilitação se processará após a fase de negociação, sendo certo que não será necessária a apresentação dos documentos abaixo caso a licitante já tenha apresentado-os na fase de credenciamento.

7.9. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a inclusão, substituição ou a apresentação de documentos ou informações que deveriam constar originalmente, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13. Para os fins previstos no subitem 7.12. deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

7.14. O pregoeiro poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens acima, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.15. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

7.17. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.18. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos do licitante vencedor os documentos que abaixo seguem, os quais deverão ser encaminhados na forma e prazo fixados neste edital.

HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.19. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, sob pena de eliminação automática do licitante, os seguintes documentos:

- a) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** da Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
- c) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Registro Empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- d) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- e) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado da última alteração e de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.20. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

7.21. Para comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar os documentos descritos no TERMO DE REFERÊNCIA e os abaixo relacionados:

7.22. Registro ou inscrição na entidade profissional competente:

7.23. Comprovação de capacidade técnico-profissional, pela empresa-licitante, de possuir em seu quadro permanente, os profissionais/responsável técnico detentor de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação e de pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Educação, Gestão Educacional ou Educação Pública Municipal.

7.23.1. A comprovação se dará mediante apresentação de diploma ou certificado devidamente reconhecido pelo MEC.

7.23.2. A comprovação quanto à capacidade técnico-profissional da licitante far-se-á mediante a comprovação de vínculo profissional em contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

7.23.3. O contrato de trabalho deverá conter a assinatura das partes com firma reconhecida.

7.24. Declaração formal de disponibilidade de equipamentos e de equipe técnica qualificada e essencial para o cumprimento do objeto lícitado.

7.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.26. Comprovação de capacidade técnica-operacional da empresa-licitante, de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazo com as constantes do objeto deste Edital, através de certidão (ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(s) se comprove:

a) a execução de serviços similares aos lícitados;

b) experiência mínima de 05 (cinco) anos na prestação de serviços de consultoria ou assessoramento em gestão educacional pública.

b.1.) a experiência mínima deverá ser comprovada mediante:

b.1.1.) contratos sociais com objeto compatível; e/ou

b.1.2.) notas fiscais emitidas; e/ou

b.1.3.) atestado de capacidade técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

7.26.1. Os atestados de capacidade deverão ser impressos em papel timbrado do emitente, descrever os serviços prestados pela licitante, o CNPJ e endereço completo do emitente e ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função, sob pena de não serem aceitos.

7.26.2. A comprovação da capacidade técnica poderá ser feita pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser o licitante.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei n. 14.133/2021)

7.27. A licitante deverá apresentar:

7.27.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo aceito documento extraído via *internet*, comprovando situação ativa e o ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

7.27.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, se houver;

7.27.3. VIA ORIGINAL da certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos negativos, obtida pela internet, perante:

a.) Fazenda Nacional, expedida pela Secretaria da Receita Federal (art. 195, § 3º, da CF e art. 47, inciso I, “a”, da Lei Federal 8.212/91) relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a.1.) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados. – Portaria MF 358/2014.

b.) Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei, consistente na apresentação das certidões:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

b.1.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria da Dívida Ativa;

b.2.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.

b.3.) ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, com FIRMA RECONHECIDA, sob as penas da lei.

c.) Fazenda Municipal consistente em Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Mobiliários da sede da licitante;

7.27.4. VIA ORIGINAL de prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90), expedido pela Caixa Econômica Federal – obtida via internet;

7.27.5. VIA ORIGINAL da certidão negativa de débitos trabalhistas expedida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 – obtida via internet.

7.28. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 44, da LC 123/06).

7.28.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de cinco dias úteis para a licitante apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos exigidas, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

7.28.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 90, § 5º, da Lei 14.133/2021](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

7.28.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte que, na data da sessão de abertura, **apresentarem certidões com prazo de vigência vencido não farão jus ao benefício de que trata do artigo 44, da Lei Complementar Federal n.123/2006, ou seja, não terão o direito de abertura de prazo para apresentação de nova certidão.**

7.28.4. O direito de abertura de prazo de cinco dias úteis para a licitante apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos aplica-se apenas às MEs e EPPs que tenham apresentado certidão com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista cujo prazo de validade esteja em vigência na data da sessão de recebimento da documentação.

7.29. NÃO SERÃO ACEITAS quaisquer CERTIDÕES COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO, sejam elas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

7.30. A apresentação de certidões com prazo de vigência vencido importará na imediata inabilitação da licitante vencedora e impedirá a concessão dos benefícios do artigo 44, da Lei Federal n. 123/2006.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

7.31. A licitante deverá apresentar: -

7.32. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, relativa aos últimos 5 (cinco) anos, expedida pelo cartório distribuidor judicial da sede da licitante, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

7.32.1. Na hipótese da certidão de recuperação judicial for positiva ou caso a licitante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo (plano de recuperação judicial em vigor), emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

7.33. Declaração do licitante que:

- a) se responsabiliza pela entrega do objeto, pela observância das especificações técnicas, pela qualidade do objeto, serviço e materiais fornecidos, inclusive pela promoção de readequações, esta última sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- b) tem pleno conhecimento das informações contidas neste Edital e seus Anexos, de maneira que aceita e se submete às normas do presente edital;
- c) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- d) se responsabiliza pela qualidade e origem lícita dos serviços e materiais fornecidos;
- e) observa as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- f) cumpre os termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, isto é, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Lei n. 9.854/99 (art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021) e art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- g) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- i) inexistente impedimento legal, isto é, nunca foi declarada inidônea ou impedida de licitar ou contratar com o Poder Público por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, tendo em vista os incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/92 e Portaria CGU n. 516/2010;
- j) é microempresa, empresa de pequeno porte ou microempresário individual beneficiário da Lei Federal n. 123/2006 (exigível apenas para MEs, EPPs e MEIs) – se for o caso;
- k) não possui em seu quadro societário ou diretivo:-
 - k.1.) empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
 - k.2.) servidor público da ativa;
 - k.3.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura de Fruta/MG para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

serviços, ou outras cuja execução concomitante com a do objeto deste edital possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;

l) examinou Edital, Termo de Referência e demais anexos, e constatou que eles contêm os dados necessários e suficientes à plena caracterização dos serviços, materiais e demais informações complementares, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;

m) no caso de empresas em recuperação judicial: declaração que está ciente de que no momento da assinatura do contrato e sob pena de perda de eventual direito ou expectativa de direito à contratação, deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;

n) no caso de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, não possui quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

o) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

p) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

q) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021);

r) tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.

7.34. Sendo o licitante uma cooperativa, além das declarações do item anterior, deverá declarar que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) atua em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;
- d) o objeto licitado está entre os constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7.35. Na hipótese de não constar prazo de validade em eventuais certidões apresentadas, a Prefeitura Municipal de Fruta/MG aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.36. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

7.37. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.38. O agente de contratação ou a comissão de contratação diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

7.39. Não se admitirá a inclusão de documentos ou informação que deveria constar originariamente, exceto se em atendimento a diligência da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, nos termos autorizados neste edital.

7.40. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

7.40.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.40.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.41. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.41.1. Antes da sessão inaugural de licitação, verificada falha por parte do licitante acerca da juntada de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, o agente de contratação fica autorizado a realizar diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

7.41.2. A realização das diligências de que tratam este edital se dará mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.42. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo agente de contratação, sob pena de inabilitação.

7.43. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.44. Compete ao agente de contratação verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – a emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

7.44.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.44 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.45. Quaisquer das circunstâncias a que se referem os subitens acima deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.46. Caso a emissão de novo documento indique a irregularidade fiscal e trabalhista do



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese prevista neste Edital.

7.47. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.48. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, ele será declarado inabilitado e o(a) Agente de contratação(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.49. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sempre que for inabilitada a proposta do provisoriamente vencedor e antes do(a) Agente de contratação(a) passar à subsequente, haverá nova verificação pelo sistema da eventual ocorrência do empate ficto, na forma dos subitens anteriores.

7.50. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados neste edital, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.50.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.50.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

7.51. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, bem como a adequação dos serviços às características descritas no termo de referência, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.52. Se as propostas técnica e financeira não forem aceitáveis, ou se a licitante não atender as exigências para a habilitação, o agente de contratação examinará a oferta subsequente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda os requisitos de habilitação descritos no edital e/ou termo de referência, caso em que será declarado vencedor e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.53. Após o encerramento da fase de habilitação, o agente de contratação disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens deste Edital.

7.53.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.54. Da sessão do CONCORRÊNCIA PÚBLICA será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo agente de contratação, sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

7.55. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame, manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

7.56. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

7.57. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o quanto disposto neste Edital.

7.58. O agente de contratação, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

7.59. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, e na hipótese da inexistência de recursos, a licitante será declarada vencedora pelo agente de contratação.

VIII - DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

8.1. No caso de desconexão do agente de contratação com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do CONCORRÊNCIA PÚBLICA, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

8.2. Retornando a conexão do agente de contratação ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

8.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

IX - RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Declarada a proposta vencedora, inicia-se o prazo recursal de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

9.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

9.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. Os recursos e contrarrazões recursais deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico e devem estar devidamente assinados eletronicamente pelo representante legal com poderes para tanto no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

9.5. O recurso será dirigido ao agente de contratação ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

- 9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo ou sem assinatura não serão conhecidos.
- 9.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo sobre o ato ou decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.8.** O acolhimento do recurso importará na invalidação tão somente dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.9.** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará:
- a) a decadência do direito de recurso;
 - b) a adjudicação do objeto do certame pelo agente de contratação à licitante vencedora; e
 - c) o encaminhamento do processo ao Sr. Prefeito Municipal para a homologação.
- 9.10.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto ao vencedor pelo Sr. Prefeito Municipal ou Secretário Municipal.
- 9.11.** Não serão aceitos recursos, questionamentos, pedidos de esclarecimentos, reclamações, impugnações ou qualquer outra espécie de contestação aos atos praticados nesta licitação feitos por telefone ou enviados por fac-símile ou através dos Correios.

X – ENCERRAMENTO E CONTRATAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o agente de contratação deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 10.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

10.3. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório quando o seu objeto possuir mais de um item ou lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

10.4. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de vigência encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5. No prazo para assinatura do contrato, deverá apresentar proposta financeira com identificação dos valores unitários de cada item, devidamente adequados ao valor adjudicado, respeitada a proporcionalidade entre os valores iniciais apresentados e os valores finais obtidos após os lances e percentual de redução, sob pena de perda do direito à contratação.

10.6. Para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.7. O CONTRATO poderá ser assinado eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

10.8. O CONTRATO será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

10.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital de licitação, se recusar a assinar o contrato ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente:

I - Será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

II - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso I deste item, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

III - Quando frustrada a negociação de melhor condição de que trata o inciso II deste item, a Administração poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

10.9.1. Na adoção dos procedimentos descritos nos incisos II e III deste subitem, a Administração não poderá aceitar propostas/lances superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

10.9.2. A negociação de que trata o item acima será conduzida pelo agente de contratação e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado para todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no subitem deste Edital caracterizará como a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e sujeitará à penalidade prevista no subitem deste Edital e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, se houver.

10.10.1. A regra do subitem 10.10. aplicam-se aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso III do subitem 10.9.

10.10.2. A regra do subitem 10.10. não se aplica aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso II do subitem 10.9.

XI – REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. A execução das obrigações se dará sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, via execução indireta, nos termos do art. 46, I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

11.2. O vencedor da licitação não poderá transferir, ceder ou mesmo associar, no todo ou em parte, a execução das obrigações consignadas em ata de registro, objeto da presente licitação.

11.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

11.4. A Licitante vencedora obriga-se a executar o objeto desta licitação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

11.5. Correrão por conta da Licitante vencedora as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais da prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

11.6. A entrega do objeto deverá ocorrer conforme determinado no termo de referência anexo a este edital.

11.7. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega/conclusão fixado no cronograma, devidamente justificados pela Licitante vencedora, para serem submetidos à apreciação superior.

11.8. O serviço deverá ser entregue na forma disciplinada no Termo de Referência – Anexo do Edital.

11.9. O objeto entregue pela empresa será recebido:

a) Provisoriamente: mediante recibo, após a conferência visual e quantitativa do objeto, conforme consta no Termo de Referência – Anexo do Edital;

b) Definitivamente: mediante Atestado de Recebimento, após a verificação da conformidade do serviço com as exigências editalícias.

11.10. Constatadas irregularidades no objeto contratado, a prefeitura poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência, Anexo do Edital, determinando sua substituição/correção;

b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.

11.11. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo fixado pelo fiscal do contrato, contado do recebimento da notificação correspondente pela Licitante vencedora, sem quaisquer ônus para prefeitura e mantido o preço inicialmente ofertado.

11.12. As notas fiscais emitidas pelo fornecedor deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação da modalidade, número da licitação e as retenções, se houver.

11.13. As notas fiscais emitidas deverão ser enviadas para o gestor do contrato, na data de sua emissão e solicitada a confirmação de recebimento.

11.14. O recebimento definitivo não exime a Licitante vencedora de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto entregue.

11.15. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

XII - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital.

12.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

12.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.2.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133/2021), em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133/2021);

12.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

12.2.5. fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

12.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

12.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

12.3. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

12.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de multa compensatória

12.4. A multa compensatória será aplicada nos percentuais abaixo estabelecidos: -

Infração (Subitens)	Percentual da multa
12.2.1. 12.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
12.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação
12.2.4. 12.2.5. 12.2.6. 12.2.7. 12.2.8.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação

12.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Fruta/MG, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

12.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3, 3.2 a 3.4, 4.4. "b", 7.19 "c" quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Fruta/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme quadro abaixo.

Infração (Subitens)	Pena
12.2.1. 3.2. a 3.4 4.4. – alínea "b" 7.19 – alínea "c"	impedimento pelo período de até três meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

12.2.2.	impedimento pelo período de até quatro meses
12.2.3.	

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.4, 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitem)	Pena
12.2.4. 12.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
12.2.5. 12.2.6. 12.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

12.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

12.7. A aplicação das sanções previstas neste edital pode ser cumulativa e não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados e tão pouco a obrigatória comunicação à Delegacia de Polícia local para apuração da conduta à luz do art. 299 do Código Penal.

XIII- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa poderá, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas através do e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br.

13.3. Compete ao agente de contratação receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

13.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de licitação.

13.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

13.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIV – REAJUSTE

14.1. Os preços contratados poderão sofrer reajustes nos termos do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/21.

14.2. Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o reajuste dos preços será anual, isto é, a cada 12 meses, com base no INPC – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR acumulado no período.

14.3. Na hipótese de medidas econômicas vigentes serem revisadas pelo Governo Federal, a Prefeitura do Município adotará as normas que vierem a ser implantadas.

14.4. Em conformidade com o disposto na legislação vigente, em especial no Decreto Federal n. 7.892/2021 (artigo 17) e na Lei Federal n. 10.192/2001, será autorizado o reequilíbrio econômico-financeiro de preço, desde que reste comprovado documentalmente que os preços tenham sofrido eventual redução ou elevação no mercado, cabendo ao agente de contratação promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II, do caput do artigo 124, da Lei Federal n. 14.133/2021.

14.4.1. O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com comprovação documental da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequência incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, de sobrevinda de caso de força maior ou caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.5. Para análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa deverá instruí-lo com:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

- a) nota fiscal de entrada do produto/serviço de no máximo 30 dias antes da data da licitação;
- b) nota fiscal de entrada do produto/serviço de no máximo 30 dias antes da solicitação de reequilíbrio;
- c) as notas fiscais exigidas nos itens “a” e “b” deverão ser da mesma empresa; a CONTRATADA deverá justificar documentalmente a impossibilidade de apresentação de notas fiscais do mesmo fornecedor.

14.6. O requerimento de reajuste ou de reequilíbrio econômico-financeiro não desobriga a contratada ao cumprimento do contrato, sendo vedada a interrupção ou suspensão do fornecimento enquanto pendente análise, sob pena de rescisão contratual por inexecução e aplicação das sanções contratuais e as previstas na Lei Federal n. 14.133/2021.

XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

15.2. Toda documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

15.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

15.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

15.2.3. Caso o agente de contratação julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante o agente de contratação ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;

II – por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

15.3. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, seja para fins de credenciamento, como para fase de lances e habilitação, o reconhecimento de firma só será dispensável:

15.3.1. se, assinado digitalmente, for possível aferir a autenticidade da assinatura eletrônica através de consulta ao respectivo certificado digital, ou ao QR-CODE (Quick-Response = resposta rápida) ou ao código de barras;

15.3.2. se for possível comparar a assinatura constante no documento com a assinatura depositada no documento de identificação (RG); ficando a cargo da licitante os riscos pela eventual ilegibilidade do documento e/ou impossibilidade de comparação (reconhecimento por semelhança);

15.3.3. será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15.3.5. a licitante assume todos riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição de autenticidade da assinatura digital.

15.4. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, seja para fins de credenciamento, como para fase de lances e habilitação, a autenticação de cópia de documento só será dispensável:

15.4.1. se for possível a comparação entre a cópia e a via original pelo servidor público municipal, nos termos da Lei Federal n. 13.726/2018;

15.4.2. se a autenticação for digital e, neste caso, se for possível a aferição do código de autenticação digital;

15.4.3. se for apresentada declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

15.4.4. a licitante assume todos riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição do código de autenticação digital.

15.5. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, conforme Cadastro Central de Fornecedores do Município de Frutal/MG, não havendo a necessidade de autenticação do documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

15.5.1. No caso de documentação assinada por procurador que não conste no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Frutal/MG, o agente de contratação solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. As informações inerentes a este CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRONICA poderão ser obtidas, pelos interessados, no Departamento de Licitação, localizado no Paço Municipal de Frutal/MG, Praça Doutor França, nº: 100, centro, ou pelo e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.frutal.mg.gov.br, www.licitanet.com.br.

15.11.1. Edital e seus Anexos poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitação Municipal, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução proporcional ao número de cópias.

15.12. Fica eleito o foro da cidade de FRUTAL/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

15.13. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

I – Termo de Referência;

II – ETP (Estudo Técnico Preliminar);

III – Minuta de Contrato.

FRUTAL/MG, 15 de maio de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA

MARCIEL DE PAULA SOUZA
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA CONCORRÊNCIA PUBLICA ELETRÔNICA Nº 02/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2026

À Prefeitura do Município de Frutal/MG

_____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo, Sr. _____, portador de Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara que, após analisar as condições desta licitação, com as quais concorda, propõe a fornecer o objeto do **PROCESSO LICITATÓRIO nº 54/2026, CONCORRÊNCIA PUBLICA ELETRONICA nº 02/2026**, pelo valor global de R\$ _____ (_____), conforme detalhamento do Termo de Referência e disponível na plataforma “LICITANET”- www.licitanet.com.br.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO – ITEM OBRIGATÓRIO

Nome: _____ Cargo na empresa: _____ CPF: _____ - RG: _____
_____- SSP/____, Data de Nascimento: ____/____/____.
E-mail: _____ Fone: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____

Agência: _____

Coonta: _____

Local e Data _____

Nome e carimbo da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

ONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2026

Ref.: PROCESSO Nº 54/2026

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a)** se responsabiliza pela entrega do objeto, pela observância das especificações técnicas, pela qualidade da obra, serviços, produtos e materiais executados/fornecidos, inclusive pela promoção de readequações, esta última sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- b)** tem pleno conhecimento das informações contidas neste Edital e seus Anexos, de maneira que aceita e se submete às normas do presente edital;
- c)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- d)** se responsabiliza pela qualidade e origem lícita dos produtos e serviços fornecidos/executados;
- e)** observa as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- f)** cumpre os termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, isto é, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Lei n. 9.854/99 (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021) e art. 7º. XXXIII da Constituição Federal;
- g)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- h)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- i)** inexistente impedimento legal, isto é, nunca foi declarada inidônea ou impedida de licitar ou contratar com o Poder Público por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, tendo em vista os incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/92 e Portaria CGU n. 516/2010;
- j)** é microempresa, empresa de pequeno porte ou microempresário individual beneficiário da Lei Federal n. 123/2006 (exigível apenas para MEs, EPPs e MEIs) – se for o caso;
- k)** não possui em seu quadro societário ou diretivo: -
- k.1.) empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
 - k.2.) servidor público da ativa;
 - k.3.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura de Frutal/MG para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização de obras, ou outras cuja execução concomitante com a do objeto deste edital possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;
- l)** examinou Edital, Termo de Referência, Projetos e demais anexos e constatou que eles contêm os dados necessários e suficientes à plena caracterização dos serviços e produtos e demais informações complementares, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;
- m)** no caso de empresas em recuperação judicial: declaração que está ciente de que no momento da assinatura do contrato e sob pena de perda de eventual direito ou expectativa de direito à contratação, deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- n)** no caso de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, não possui quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- o) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- p) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- q) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

Sendo o licitante uma cooperativa, além das declarações do item anterior, deverá declarar que:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) atua em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;
- d) o objeto licitado está entre os constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Frutal, ____ de _____ de 2026.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n. ____/2026

ID _____

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 54/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/2026

Pelo presente instrumento as partes abaixo-assinadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE FRUTAL**, com sede na Praça Doutor França – nº 100 - centro, na cidade de Frutal/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 18.449.132/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. BRUNO AUGUSTO DE JESUS FERREIRA, brasileiro, casado, portador do RG n. 15.150.067 e do CPF n. 084.185.886-16, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, _____, empresa inscrita no CNPJ n. _____, com sede na _____ - nº _____, Bairro _____, na cidade de _____/_____, (CEP: _____), telefone (____) _____, e-mail: _____ neste ato representada pelo representante legal, Sr. _____, portador do RG nº _____ e do CPF: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo:-

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e exigências descritas no edital e seus anexos.

1.2. O conjunto de serviços contratados que compõem o objeto deste instrumento são os descritos no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar anexos a este contrato e que o integram e obrigam as partes contratantes, independentemente de transcrição.

1.3. A CONTRATADA deverá fornecer todos materiais, mão-de-obra, serviços, ferramentas, equipe de pessoal, equipamentos de proteção individual dos funcionários e equipamentos, necessários à execução do objeto deste instrumento, como especificado no Termo de Referência, observando os informativos técnicos.

1.4. A prestação dos serviços será coordenada e fiscalizada por responsável indicado pela Prefeitura.

1.5. Os Serviços deverão ser executados de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, determinados por meio de OS (ordem de serviço) emitida pelo Setor de Compras, no e-mail: compras@frutal.mg.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

1.6. A Contratada deverá obedecer às especificados no TERMO DE REFERÊNCIA e ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR anexos ao edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. 02/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO INTEGRAL**, via execução indireta, nos termos do art. 6º, inciso XXX, alínea “b”, da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações, realizado na modalidade Inexigibilidade nº 123/2025.

2.2. O regime de execução do objeto deste contrato é execução direta, vedada a cessão para terceiros.

2.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

2.4. O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, em caso de omissão, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, de acordo o artigo 89, da Lei 14.133/2021.

2.5. Para fiscalização da execução dos serviços, fica nomeada a servidora da Secretaria Municipal de Educação, **LESLIA BEATRIZ DA SILVA, Matrícula 941.701**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O CONTRATANTE está isento de todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, enfim, todos os componentes de custo necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, sendo essas de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços, a importância global de R\$ _____ (_____), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ _____ (_____), de acordo com o cronograma elaborado pela secretaria requisitante.

4.2. O pagamento devido à Contratada será efetuado através de crédito bancário, em nome da empresa:

EMPRESA: _____ **– CNPJ:** _____.

BANCO nº _____ **– AGENCIA:** _____ **– CONTA CORRENTE:** _____ **– BANCO** _____,

fornecida pela Contratada, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- 4.3.** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- 4.4.** A contagem do prazo para pagamento estabelecida no subitem acima, considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta Prefeitura de Frutal.
- 4.5.** Para efeito de pagamento a contratada encaminhará os documentos de cobrança para o setor de compras da Prefeitura Municipal de Frutal.
- 4.6.** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à contratada que emita carta de correção, quando couber, ou que faça a regularização e encaminhe para o departamento de compras da Prefeitura Municipal de Frutal, e-mail: compras@frutal.mg.gov.br.
- 4.7.** Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.
- 4.8.** Ocorrendo atraso no pagamento por culpa do Município de Frutal, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data final do período de adimplemento até a do efetivo pagamento, com aplicação da taxa SELIC *pro rata* por dia de atraso.
- 4.9.** No valor do contrato estão embutidos todos os custos da prestação dos serviços, inclusive, despesas de viagem, alimentação, hospedagem e deslocamentos necessários.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

- 5.1.** O presente contrato tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, podendo ser prorrogado por igual período e por acordo entre as partes, consoante artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2.** A presente contratação faz-se através de Procedimento Licitatório n. 54/2026, na modalidade Concorrência Eletrônica n. 02/2026, com obediência aos termos dos artigos 74 e 6, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1 - Para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Contratada, os acréscimos ou decréscimos do valor do preço, serão apurados através de consulta de preços de, no mínimo, 03 (três) empresas que trabalham no mesmo ramo de atividade e com especialização e notoriedade similares; para tanto a Contratada deverá formular pedido por escrito e fundamentado à Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos disponíveis no orçamento vigente, a saber: -

02.13.12.122.0012.2008 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO – Ficha 406

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

9.1. Executar dentro da melhor técnica e qualidade os serviços necessários à realização do objeto deste contrato conforme especificações do Termo de Referência e de sua Proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.2. Responsabilizar-se integralmente pela perfeita execução dos serviços contratados, não podendo eximir-se, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas ou deficiências dos serviços a erros de especificação dos serviços contratados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- 9.3.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à PREFEITURA ou a terceiros;
- 9.4.** Utilizar profissional habilitado e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, comerciais, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 9.6.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei;
- 9.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer serviço a que está obrigada;
- 9.9.** Os profissionais empregados pelo CONTRATADO, na execução do objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com o CONTRATANTE, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta;
- 9.10.** Responsabilizar-se pelo acompanhamento de processos e elaboração de defesa junto às Cortes de Contas, Ministério Público e demais órgãos, envolvendo eventuais questionamentos decorrentes da presente contratação, desde que o CONTRATANTE comunique previamente ao CONTRATADO as notificações recebidas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados do prazo final para apresentação da defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1.** Outorgar instrumento de mandato com os poderes da cláusula ad judicium, habilitando a CONTRATADA para representá-la em juízo, até o trânsito em julgado, da demanda objeto do presente contrato;
- 10.2.** A CONTRATANTE não poderá outorgar poderes para outros nos autos da demanda objeto deste contrato, sem que a CONTRATADA tenha descumprido suas obrigações ou dado causa a rescisão contratual, estando sujeito as culminações administrativas, cíveis e criminais, se assim proceder;
- 10.3.** Proporcionar todas as condições e fornecer as informações solicitadas para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- 10.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta;
- 10.5.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.6.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.7.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventual penalidade, nos termos da Cláusula Nona – Penalidades, deste Contrato;
- 10.8.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

- 11.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/21;
- 11.2.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação para tanto;
- 11.3.** As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e só serão aceitas justificativas quando formuladas por escrito, dentro do prazo legal, fundamentada em fatos reais e comprováveis, a critério do gestor do contrato ou da autoridade superior do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, bem como enseja a sua rescisão, em conformidade com o disposto nos artigos 115 da Lei 14.133/21;
- 12.2.** Na hipótese de rescisão contratual determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, esse acarretará as consequências estabelecidas no art. 139 e seguintes da Lei 14.133/21, sem prejuízo das sanções previstas na mencionada Lei, bem como as culminações cíveis e criminais, mantendo inalteradas as disposições contidas na Cláusula Quarta decorrente dos serviços realizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

13.1. Este contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, como o único foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao presente CONTRATO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.

E por estarem assim acordadas, depois de lido e achado conforme, firmam as partes este contrato em 02 (duas) vias de igual teor, perante 2 (duas) testemunhas instrumentárias.

Prefeitura Municipal de Frutal – MG, ____ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE FRUTAL/MG

Bruno Augusto de Jesus Ferreira
CONTRATANTE

EMPRESA:

CONTRATADA

REGINA MAURA MACEDO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

LESLIA BEATRIZ DA SILVA – Matrícula 941701

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

1 _____
RG:

2 _____
RG:

Ciente e de acordo: _____
BOTTARO E RIBERIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS -Assessoria Jurídica



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Identificação do solicitante e Equipe de Planejamento da Contratação:

Área solicitante: Secretaria Municipal de Educação e Inclusão

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada - (art. 6º, I e IV)

A Secretaria Municipal de Educação de Frutal/MG, responsável pela gestão da rede pública municipal de ensino, enfrenta a necessidade de aprimorar seus processos administrativos, pedagógicos e estratégicos, com vistas à elevação dos indicadores de qualidade da educação, ao fortalecimento da governança educacional e à otimização da aplicação dos recursos públicos.

Observa-se a necessidade de suporte técnico especializado para subsidiar a elaboração de diagnóstico situacional da rede municipal de ensino, a definição de metas e estratégias de gestão, o aperfeiçoamento das práticas administrativas e pedagógicas, bem como o fortalecimento da formação continuada de gestores e equipes escolares.

Além disso, verifica-se a demanda por assessoramento técnico na estruturação de projetos educacionais, na captação de recursos junto a órgãos federais e autarquias vinculadas ao Ministério da Educação, na orientação para elaboração e atualização de normativos internos, planos de carreira e demais instrumentos de gestão, bem como no desenvolvimento de estratégias voltadas à melhoria dos índices de aprendizagem e ao fortalecimento do clima organizacional nas unidades escolares.

A estrutura administrativa atualmente disponível não dispõe, de forma permanente, de equipe técnica especializada com experiência comprovada em consultoria educacional estratégica, capaz de atuar de maneira integrada e sistemática no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações necessárias ao avanço qualitativo da educação municipal.

Dessa forma, identifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada em consultoria e assessoramento técnico na área educacional, com notória experiência em gestão pública municipal, a fim de oferecer suporte técnico contínuo e estruturado à Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para o aprimoramento da gestão, o fortalecimento institucional e a melhoria dos resultados educacionais da rede municipal de ensino.

1.1 Justificativa para a contratação

A contratação de empresa especializada em consultoria e assessoramento técnico na área educacional justifica-se pela necessidade de aprimoramento da gestão estratégica, administrativa e pedagógica da rede municipal de ensino, diante dos crescentes desafios



relacionados à melhoria da qualidade da educação pública e ao alcance de resultados mais expressivos nos indicadores de aprendizagem.

A Secretaria Municipal de Educação demanda suporte técnico qualificado para estruturar diagnóstico aprofundado da realidade educacional do município, estabelecer metas factíveis e mensuráveis, aperfeiçoar instrumentos de planejamento e gestão, bem como implementar ações voltadas à formação continuada de gestores e equipes escolares.

Além disso, mostra-se necessária orientação técnica especializada para a elaboração e acompanhamento de projetos educacionais, captação de recursos junto a órgãos federais, aprimoramento de normativas internas e estruturação de instrumentos legais, como planos e regulamentos vinculados à gestão educacional.

Ressalta-se que a complexidade das ações pretendidas exige conhecimento técnico específico, experiência comprovada em gestão pública educacional e metodologia estruturada de trabalho, não disponíveis de forma permanente no quadro técnico da Secretaria, o que inviabiliza a execução interna das atividades com a profundidade e abrangência necessárias.

A adoção da modalidade de licitação do tipo Técnica e Preço mostra-se adequada, tendo em vista que a natureza predominantemente intelectual dos serviços exige avaliação qualitativa das propostas, especialmente quanto à experiência da empresa, metodologia de execução, qualificação da equipe técnica e comprovação de resultados anteriores, fatores determinantes para o êxito da contratação.

Dessa forma, a contratação pretendida busca assegurar maior eficiência administrativa, melhoria contínua da qualidade da educação municipal e fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público.

2. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 6º, III)

A potencial contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e de qualificação compatíveis com a natureza predominantemente intelectual dos serviços de consultoria e assessoramento técnico em gestão educacional.

2.1. Requisitos Técnicos

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar, cumulativamente:

I – Experiência Técnica Operacional

Comprovação de execução anterior de, no mínimo, 03 (três) contratos similares com a Administração Pública, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público.

Os atestados deverão conter descrição suficiente das atividades executadas, período de execução e identificação do contratante.

II – Experiência Profissional Mínima

Comprovação de experiência mínima de 05 (cinco) anos na prestação de serviços de consultoria ou assessoramento em gestão educacional pública, comprovada mediante:

- Contratos sociais com objeto compatível, e/ou
- Notas fiscais emitidas, e/ou



- Atestados de capacidade técnica.

III – Qualificação Técnico-Profissional

Comprovação de que o responsável técnico indicado para execução do objeto possui:

- Diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação;
- Pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Educação, Gestão Educacional ou Educação Pública Municipal.

A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de diploma ou certificado devidamente reconhecido pelo MEC.

As qualificações técnicas que excederem os requisitos mínimos acima estabelecidos serão objeto de pontuação técnica, conforme critérios objetivos definidos na Matriz de Avaliação Técnica constante em anexo ao Edital, aplicáveis ao julgamento do tipo Técnica e Preço.

2.2. Requisitos Operacionais

A empresa deverá:

- a) Disponibilizar atendimento presencial periódico no município, conforme cronograma a ser definido no Termo de Referência, bem como suporte remoto contínuo;
- b) Fornecer relatórios técnicos periódicos de acompanhamento das ações desenvolvidas;
- c) Garantir disponibilidade para orientação técnica à Secretaria Municipal de Educação durante a vigência contratual.

2.3. Natureza do Serviço

Os serviços caracterizam-se como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, demandando conhecimento específico, metodologia própria e análise estratégica, razão pela qual se justifica a adoção do critério de julgamento do tipo Técnica e Preço, considerando a relevância da qualificação técnica para o alcance dos resultados pretendidos.

2.4 Da execução dos serviços

A execução dos serviços de consultoria e assessoramento técnico em gestão educacional deverá ocorrer de forma planejada, sistemática e orientada a resultados, observando metodologia previamente apresentada na proposta técnica e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação.

Os serviços deverão ser desenvolvidos mediante:

I – Realização de diagnóstico situacional da rede municipal de ensino, contemplando análise administrativa, pedagógica e gerencial, com identificação de pontos críticos, potencialidades e proposição de estratégias de intervenção;

II – Elaboração de plano de trabalho detalhado, contendo metas, indicadores de desempenho, cronograma de execução e definição dos produtos a serem entregues;

III – Prestação de assessoramento técnico contínuo à equipe da Secretaria Municipal de Educação e às unidades escolares, por meio de atendimentos presenciais periódicos no município e suporte remoto permanente;

IV – Realização de encontros formativos, capacitações, palestras e orientações



técnicas voltadas a gestores, equipes pedagógicas e servidores da rede municipal de ensino;

V – Orientação técnica para elaboração, revisão ou atualização de instrumentos de planejamento e gestão, incluindo documentos oficiais, normativas internas e projetos educacionais;

VI – Assessoramento na estruturação e acompanhamento de projetos destinados à captação de recursos junto a órgãos federais e demais instituições pertinentes;

VII – Entrega de relatórios técnicos periódicos, contendo descrição das atividades executadas, análise dos resultados alcançados, eventuais dificuldades identificadas e recomendações para ajustes ou aprimoramentos.

A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, planejamento, transparência e foco em resultados, sendo acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração.

Os serviços terão natureza predominantemente intelectual, não caracterizando vínculo empregatício com a Administração Pública, cabendo à contratada a responsabilidade exclusiva pela coordenação de sua equipe técnica e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

• Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração (duração do contrato)?

A solução deverá permanecer disponível à Administração pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

O contrato poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa da autoridade competente e comprovação da vantajosidade para a Administração, até o limite máximo permitido pela Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições de habilitação e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

A prorrogação ficará condicionada à avaliação satisfatória da execução contratual, ao cumprimento das metas e entregas pactuadas, bem como à existência de dotação orçamentária específica.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

1. Levantamento de Mercado (art. 6º, V)

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento da necessidade de assessoramento técnico especializado em gestão educacional no âmbito da rede municipal de ensino.

Verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas na prestação de serviços de consultoria educacional voltada à gestão pública municipal, abrangendo atividades como diagnóstico institucional, planejamento estratégico, formação de gestores, elaboração de projetos educacionais, assessoramento para captação de recursos federais e orientação na estruturação de instrumentos normativos e administrativos.

As soluções identificadas podem ser classificadas, de forma geral, nas seguintes



modalidades:

I – Consultoria educacional especializada por demanda, com atuação técnica estruturada mediante plano de trabalho, cronograma definido e entregas periódicas;

II – Assessoria técnica contínua, com acompanhamento sistemático da Secretaria de Educação, combinando atendimentos presenciais e suporte remoto;

III – Contratação de profissionais individuais, para execução pontual de palestras ou capacitações específicas;

IV – Execução direta pela Administração, mediante utilização exclusiva da equipe técnica interna.

Após análise comparativa, constatou-se que:

- A execução direta pela equipe interna mostra-se limitada diante da ausência de estrutura técnica especializada permanente para atuação estratégica e integrada em todas as frentes necessárias;

- A contratação pontual de profissionais para ações isoladas não atende à necessidade de acompanhamento sistemático, planejamento estruturado e avaliação continuada dos resultados;

- A contratação de empresa especializada com atuação contínua apresenta-se como solução mais adequada, por permitir abordagem metodológica integrada, suporte técnico permanente, acompanhamento das ações e foco em resultados mensuráveis.

Observou-se, ainda, que a natureza intelectual e estratégica dos serviços exige qualificação técnica comprovada, experiência prévia na área educacional pública e metodologia específica de execução, o que reforça a necessidade de adoção de critério de julgamento do tipo Técnica e Preço.

Dessa forma, conclui-se que a solução mais vantajosa para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada em consultoria e assessoramento técnico em gestão educacional, com atuação continuada durante a vigência contratual.

2. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do art. 6º)

Considerando o levantamento de mercado realizado, bem como a análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, conforme supramencionado, conclui-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de consultoria e assessoramento técnico em gestão educacional.

Diante da natureza predominantemente intelectual do objeto, da relevância da qualificação técnica para o alcance dos resultados pretendidos e da necessidade de avaliação da metodologia de trabalho e da experiência comprovada dos proponentes, conclui-se que o critério de julgamento mais adequado é o do tipo Técnica e Preço, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa sob os aspectos qualitativo e econômico.

Assim, a solução escolhida revela-se a mais eficiente, vantajosa e alinhada ao interesse público, possibilitando o fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de



Educação e a melhoria contínua da qualidade da educação municipal.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 6º, XI)

Não se aplica.

4. Resultados pretendidos (art. 6º, IX)

Com a contratação de empresa especializada em consultoria e assessoramento técnico em gestão educacional, pretende-se alcançar resultados concretos e mensuráveis que contribuam para o fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Educação e para a melhoria contínua da qualidade da rede municipal de ensino.

São resultados pretendidos:

I – Elaboração de diagnóstico técnico estruturado da rede municipal de ensino, com identificação de fragilidades, potencialidades e definição de prioridades estratégicas;

II – Implantação ou aprimoramento de instrumentos de planejamento estratégico, com estabelecimento de metas, indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento;

III – Fortalecimento da capacidade gerencial da Secretaria Municipal de Educação e das equipes diretivas das unidades escolares, por meio de formação continuada e assessoramento técnico sistemático;

IV – Melhoria na elaboração e formalização de projetos educacionais, ampliando a capacidade de captação de recursos junto a órgãos federais e demais instituições;

V – Aperfeiçoamento de normativas internas, documentos oficiais e instrumentos legais relacionados à gestão educacional;

VI – Desenvolvimento de estratégias voltadas à elevação dos índices de aprendizagem e à melhoria do desempenho educacional da rede municipal;

VII – Promoção de ambiente organizacional mais colaborativo, com valorização dos profissionais da educação e fortalecimento do engajamento das equipes;

VIII – Consolidação de práticas administrativas e pedagógicas orientadas por planejamento, monitoramento e avaliação de resultados.

Espera-se, ao final da vigência contratual, que a Secretaria Municipal de Educação disponha de instrumentos estruturados de gestão, para condução de suas políticas públicas e melhoria progressiva dos resultados educacionais, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento e interesse público.

IV – MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com necessidade de avaliação qualitativa da metodologia de execução, da experiência comprovada da empresa e da qualificação da equipe técnica, a modalidade de contratação mais adequada é a Concorrência, com critério de julgamento do tipo Técnica e Preço.

A adoção do critério de Técnica e Preço justifica-se pelo fato de que a simples seleção pelo menor preço não assegura a escolha da proposta mais vantajosa para a



Administração, tendo em vista que o êxito da contratação depende diretamente da capacidade técnica da empresa, da consistência metodológica apresentada e da experiência comprovada na área de gestão educacional pública.

Nos termos da legislação vigente, a utilização do critério Técnica e Preço é indicada quando a qualidade técnica for fator preponderante para a obtenção dos resultados pretendidos, especialmente em contratações que envolvam serviços intelectuais, consultorias e assessoramentos estratégicos.

Assim, a escolha da modalidade e do critério de julgamento propostos visa assegurar maior eficiência, qualidade na execução contratual e adequada relação custo-benefício para a Administração Pública, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico.

V - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 6º, XIII)

Após a realização das análises técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoramento técnico em gestão educacional mostra-se necessária, adequada e viável, sob os aspectos técnico, operacional e jurídico.


O levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas aptas a executar o objeto pretendido, bem como a adequação da solução escolhida frente às alternativas analisadas. Restou evidenciado que a execução direta pela equipe interna não atende, de forma satisfatória, à complexidade e à abrangência das demandas identificadas, sendo a contratação externa a medida mais eficiente para alcance dos resultados pretendidos.


A solução proposta apresenta compatibilidade com o planejamento da Secretaria Municipal de Educação, com as diretrizes da política pública educacional e com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

Diante disso, opina-se pelo prosseguimento do processo de contratação, com a elaboração do Termo de Referência e a adoção da modalidade licitatória adequada, com critério de julgamento do tipo Técnica e Preço, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar cumpre sua finalidade de demonstrar a viabilidade da contratação e subsidiar as etapas subsequentes do processo licitatório.

Frutal, 19 de fevereiro de 2026.


Saulo Augusto dos Reis Silva
Elaboração do ETP


Regina Maura Macedo de Oliveira
Secretária Municipal de Educação



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

I – INFORMAÇÕES GERAIS

- Identificação do solicitante e Equipe de Planejamento da Contratação:

Área solicitante: Secretaria Municipal de Educação.

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, visando ao aprimoramento da gestão administrativa, pedagógica e estratégica da rede municipal de ensino.

Os serviços caracterizam-se como de natureza predominantemente intelectual, compreendendo, dentre outras atividades correlatas:

- I – Elaboração de diagnóstico técnico da rede municipal de ensino;
- II – Assessoramento na formulação e implementação de planejamento estratégico educacional;
- III – Formação continuada de gestores e equipes técnicas;
- IV – Orientação na elaboração e acompanhamento de projetos educacionais;
- V – Assessoramento para captação de recursos junto a órgãos federais e demais instituições;
- VI – Apoio técnico na elaboração e atualização de documentos oficiais, normativas e instrumentos de gestão;
- VII – Acompanhamento e suporte técnico contínuo às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma continuada, mediante execução de plano de trabalho previamente aprovado pela Administração, com definição de metas, cronograma e produtos a serem entregues.

A execução contratual compreenderá atendimentos presenciais periódicos no município, bem como suporte técnico remoto permanente, conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência.

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

O julgamento da licitação ocorrerá pelo critério de Técnica e Preço, considerando a relevância da qualificação técnica e da metodologia proposta para o alcance dos resultados pretendidos, conforme disposto no instrumento convocatório.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

A contratação compreende a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoramento em gestão educacional, a serem executados de forma continuada, mediante plano de trabalho estruturado e orientado por metas e resultados.

LB



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

A empresa contratada deverá desenvolver, no mínimo, as seguintes atividades e entregas:

I – Diagnóstico Técnico Inicial

- a) Levantamento de dados administrativos, pedagógicos e gerenciais da rede municipal de ensino;
- b) Análise de indicadores educacionais disponíveis;
- c) Identificação de fragilidades, potencialidades e prioridades estratégicas;
- d) Entrega de Relatório Técnico de Diagnóstico no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após o início da execução contratual.

II – Planejamento Estratégico Educacional

- a) Elaboração ou revisão de plano estratégico da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Definição de metas, indicadores de desempenho e estratégias de acompanhamento;
- c) Entrega de documento consolidado contendo diretrizes, metas e cronograma de execução.

III – Formação e Capacitação

- a) Realização de encontros formativos presenciais destinados a gestores, equipe técnica e profissionais da rede municipal, conforme demanda apresentada pela Administração;
- b) Disponibilização de material de apoio e registro de presença dos participantes.

IV – Assessoramento Técnico Contínuo

- a) Atendimento presencial periódico na sede da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Suporte técnico remoto contínuo (telefone, e-mail ou plataforma digital);
- c) Orientação na elaboração e revisão de documentos oficiais, normativas e instrumentos de gestão;
- d) Apoio técnico na estruturação de projetos educacionais e processos de captação de recursos junto a órgãos federais e demais instituições pertinentes.

V – Relatórios e Monitoramento

- a) Entrega de relatórios técnicos mensais ou bimestrais, mediante solicitação da Administração, contendo descrição das atividades executadas, análise dos avanços obtidos e recomendações;
- b) Relatório anual consolidado com avaliação dos resultados alcançados em relação às metas estabelecidas.

A execução dos serviços deverá observar metodologia previamente apresentada na proposta técnica e aprovada pela Administração, contendo cronograma detalhado, definição de produtos e indicadores de acompanhamento.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

Todos os produtos elaborados no âmbito da contratação serão de propriedade da Administração Pública Municipal, devendo ser entregues em formato digital editável e, quando solicitado, em versão impressa.

A comprovação da execução contratual será realizada mediante apresentação dos produtos previstos, relatórios técnicos, registros de participação nas capacitações e validação pelo fiscal do contrato.

1.2. Da execução dos serviços

1.2.1. Os serviços deverão ser executados de forma continuada, planejada e orientada a resultados, observando a metodologia apresentada na proposta técnica da contratada e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação.

1.2.2. A execução contratual terá início a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, devendo a contratada apresentar, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, plano de trabalho detalhado contendo:

- I – Cronograma de atividades;
- II – Definição das etapas de execução;
- III – Indicação da equipe técnica responsável;
- IV – Metas e produtos a serem entregues;
- V – Metodologia de acompanhamento e avaliação.

1.2.3. A prestação dos serviços compreenderá:

- a) Atendimentos presenciais periódicos no Município de Frutal/MG;
- b) Suporte técnico remoto contínuo, durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Realização de encontros formativos, capacitações e reuniões técnicas conforme cronograma aprovado;
- d) Elaboração e entrega dos relatórios e documentos técnicos previstos neste Termo de Referência.

1.2.4. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, a quem competirá atestar o cumprimento das obrigações contratuais e validar os produtos entregues.

1.2.6. Os serviços possuem natureza exclusivamente técnica e intelectual, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais da contratada e a Administração Pública Municipal.

1.2.7. A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual.

1.3. DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1. A contratação será realizada mediante regular processo licitatório, na modalidade Concorrência, com critério de julgamento do tipo Técnica e Preço, conforme critérios objetivos definidos na Matriz de Avaliação Técnica constante em anexo ao Edital, em razão da natureza predominantemente intelectual dos serviços e da necessidade de avaliação qualitativa da proposta técnica.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

1.3.2. O contrato será formalizado nos termos da legislação vigente, contendo as cláusulas essenciais previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.3.3. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os limites legais.

1.3.4. O valor contratual será fixo e irrevogável durante os primeiros 12 (doze) meses, admitindo-se reajuste após esse período, caso haja prorrogação, mediante aplicação de índice oficial previamente definido no edital e no contrato, observadas as disposições legais pertinentes.

1.3.5. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que verificará o cumprimento das obrigações assumidas, a entrega dos produtos previstos e a observância das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

1.3.6. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

2. DOS LOTES:

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

2.1.1. Não se aplica.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimoramento da gestão administrativa, pedagógica e estratégica da Secretaria Municipal de Educação, diante dos desafios relacionados à melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal e ao alcance de resultados mais eficientes nos indicadores educacionais.

A Secretaria Municipal de Educação demanda suporte técnico especializado para:

I – Realizar diagnóstico estruturado da rede municipal de ensino;

II – Aperfeiçoar instrumentos de planejamento e gestão;

III – Fortalecer a formação continuada de gestores e equipes técnicas;

IV – Estruturar e acompanhar projetos educacionais;

V – Ampliar a capacidade de captação de recursos junto a órgãos federais e demais instituições;

VI – Revisar e aperfeiçoar documentos normativos e instrumentos de gestão educacional.

A estrutura técnica atualmente disponível no quadro funcional não contempla, de forma permanente, equipe com especialização específica e disponibilidade operacional para executar, de maneira integrada e sistemática, as atividades estratégicas acima descritas, especialmente no que se refere à consultoria metodológica e acompanhamento técnico continuado.

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional, com atuação continuada, mediante plano de trabalho estruturado, definição de metas,

[Handwritten signatures]



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

indicadores de desempenho e entregas periódicas.

A contratação permitirá:

- a) Implementação de planejamento estratégico educacional com metas mensuráveis;
- b) Fortalecimento da capacidade gerencial da Secretaria e das unidades escolares;
- c) Melhoria na organização administrativa e pedagógica;
- d) Estruturação técnica adequada para captação de recursos;
- e) Acompanhamento sistemático das ações e avaliação de resultados.

Em razão da natureza predominantemente intelectual do objeto e da relevância da qualificação técnica para o alcance dos resultados pretendidos, a licitação será realizada pelo critério de julgamento do tipo Técnica e Preço, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa sob os aspectos qualitativo e econômico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – REQUISITOS MÍNIMOS PARA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar, cumulativamente:

I – Experiência Técnica Operacional

Comprovação de execução anterior de, no mínimo, 03 (três) contratos similares com a Administração Pública, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público.

Os atestados deverão conter descrição suficiente das atividades executadas, período de execução e identificação do contratante.

II – Experiência Profissional Mínima

Comprovação de experiência mínima de 05 (cinco) anos na prestação de serviços de consultoria ou assessoramento em gestão educacional pública, comprovada mediante:

- Contratos sociais com objeto compatível, e/ou
- Notas fiscais emitidas, e/ou
- Atestados de capacidade técnica.

III – Qualificação Técnico-Profissional

Comprovação de que o responsável técnico indicado para execução do objeto possui:

- Diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação;
- Pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Educação, Gestão Educacional ou Educação Pública Municipal.

A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de diploma ou certificado devidamente reconhecido pelo MEC.

As qualificações técnicas que excederem os requisitos mínimos acima estabelecidos serão objeto de pontuação técnica, conforme critérios objetivos definidos na Matriz de Avaliação Técnica constante em anexo ao Edital, aplicáveis ao julgamento do tipo Técnica e Preço.

4.2. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

[Handwritten signatures]



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

A permissão ou não da participação de empresas em regime de consórcio em procedimentos licitatórios é escolha discricionária da administração, a ser verificada caso a caso. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital; nestes casos, a Administração, com vista a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

Assim, não se aplica a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente conforme o Estudo Técnico Preliminar.

4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:

A proibição de subcontratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a padronização, qualidade e cumprimento integral da prestação.

Caso seja autorizada eventual subcontratação, o licitante ficará integralmente responsável por todas as obrigações do contrato.

O descumprimento das disposições sobre subcontratação implicará responsabilidade integral do contratado e aplicação das penalidades previstas no edital e na legislação vigente.

5. REGIME DE EXECUÇÃO:

O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global, conforme estabelecido no artigo 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a prestação do serviço de forma integral, de acordo com o escopo previamente definido neste Termo de Referência. A empresa contratada deverá executar todas as etapas previstas no objeto contratual.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

6.1. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

O regime é por preço global anual, com pagamento parcelado em 12 parcelas mensais vinculadas à execução contínua do objeto.

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar, mensalmente:

I – Relatório detalhado das atividades executadas no período, contendo descrição dos serviços prestados, reuniões realizadas, capacitações promovidas, orientações técnicas emitidas e demais ações desenvolvidas;

II – Nota Fiscal correspondente ao período.

Constatado o cumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atestará a execução



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

dos serviços para fins de liquidação da despesa e autorização do pagamento.

O recebimento mensal dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, correção e fiel execução do objeto durante toda a vigência contratual.

6.2. DA LIQUIDAÇÃO:

6.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da emissão da Nota Fiscal;

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O vencimento;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.2.4 A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 DO PAGAMENTO:

6.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;

6.3.2 Será data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária eventualmente prevista na legislação;

6.3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.5 A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

6.3.5.1 Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

6.3.6 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

[Handwritten signatures]



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

6.3.6.1 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.3.6.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;

7.1.1.1. Fica designado como Fiscal a servidora Leslia Beatriz da Silva, e-mail leslia.silva@frutal.mg.gov.br, para acompanhar e fiscalizar como representante da Administração;

7.1.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.1.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

7.1.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

7.1.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

7.1.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;

7.1.7. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais;

7.1.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.2. DA GESTÃO DO CONTRATO:

7.2.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;

7.2.1.1. Fica designada a Sra. Regina Maura Macedo de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, para acompanhar e gerenciar como representante da Administração;

7.2.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua

Handwritten signatures in blue ink.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

competência;

7.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

8. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A definição da modalidade de contratação é de responsabilidade do Departamento de Licitações do Município, no entanto, sugere-se a adoção da modalidade Concorrência, com critério de julgamento do tipo Técnica e Preço, em razão da natureza predominantemente intelectual dos serviços e da necessidade de avaliação qualitativa da proposta técnica.

8.1. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO – TÉCNICA E PREÇO

No caso de adoção do critério de julgamento tipo **Técnica e Preço**, considerando a natureza predominantemente intelectual do objeto e a relevância da qualificação técnica para o alcance dos resultados pretendidos serão considerados:

8.1.1. Pontuação Técnica

A Proposta Técnica será avaliada com base em critérios objetivos previamente definidos, observando-se:

I – Experiência da empresa em serviços similares prestados à Administração Pública;

II – Tempo de experiência mínima comprovada;

III – Qualificação técnico-profissional do profissional ou equipe indicada para execução do objeto;

IV – Metodologia de trabalho proposta;

Os critérios detalhados, respectivos pesos e forma de comprovação constarão na Matriz de Avaliação Técnica, anexa ao Edital.

Somente serão classificadas para a etapa de julgamento final as propostas que atingirem a pontuação técnica mínima de 60 pontos, conforme estabelecido no Edital.

8.1.2. Metodologia de Avaliação

A avaliação técnica será realizada por Comissão designada pela SME, composta por, no mínimo 02 (dois) servidores, que serão responsáveis por analisar a documentação apresentada pelas licitantes conforme os critérios objetivos estabelecidos na Matriz de Avaliação Técnica.

A pontuação será atribuída de forma fundamentada, com registro em ata e planilha de julgamento, assegurando transparência, isonomia e motivação dos atos administrativos.

8.1.3. Pesos e Nota Final

A Nota Final (NF) será obtida mediante a aplicação da fórmula definida no Edital, considerando os pesos atribuídos às Propostas Técnica e de Preço.

A ponderação entre técnica e preço observará a seguinte distribuição:

Handwritten signatures and initials in blue ink.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Avenida Coronel Delfino Nunes, 198 - Centro

Fone: (034) 3423-2650

38.200-050 – Frutal - Minas Gerais

educacao@frutal.mg.gov.br

- Peso da Proposta Técnica: 75%
- Peso da Proposta de Preço: 25%

Será considerada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final, após a aplicação da fórmula de cálculo prevista no Edital.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com fundamento na preservação da competitividade e prevenção de formação de preços artificialmente alinhados.

O custo estimado da presente contratação foi definido com base em pesquisa de mercado, experiência prévia com a metodologia e referência a valores praticados para prestação de serviços similares.

O valor da contratação será formalmente registrado no processo administrativo, garantindo transparência e conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A contratação será atendida pela seguinte dotação: FICHA 406 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – RECURSO PRÓPRIO.

Frutal, 06 de março de 2026.

REGINA MAURA MACEDO DE OLIVEIRA
Gestora

LESLIA BEATRIZ DA SILVA
Fiscal

ANEXO I.

Critérios de Avaliação Técnica (75 pontos)

1. Experiência da Empresa (até 25 pontos)

Comprovação mediante atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público.

Critério	Pontuação
1 contrato similar comprovado	5 pontos
2 contratos similares	10 pontos
3 contratos similares	15 pontos
4 ou mais contratos similares	25 pontos

Observação: Considera-se similar aquele que envolva assessoramento abrangendo planejamento, formação de gestores, elaboração de diagnósticos educacionais ou captação de recursos educacionais.

2. Qualificação da Empresa (até 25 pontos)

Pontuação por tempo de experiência mínima comprovada:

Critério	Pontuação
De 1 a 3 anos	5 pontos
De 3 a 5 anos	10 pontos
De 5 a 7 anos	15 pontos
Acima de 7 anos	25 pontos

3. Plano de Trabalho / Metodologia (até 15 pontos)

O licitante deverá apresentar Plano de Trabalho detalhado, compatível com o objeto da contratação, contendo, no mínimo:

- Diagnóstico preliminar da rede municipal de ensino;
- Metodologia de assessoramento;
- Definição de indicadores de acompanhamento;
- Estratégias de monitoramento e avaliação de resultados.

A avaliação observará a seguinte matriz objetiva:

3.1 Clareza e Estruturação Técnica da Metodologia (até 5 pontos)

Será avaliado se o plano:

- Apresenta descrição detalhada das etapas de execução – 2 pontos;

- Indica metodologia específica para diagnóstico educacional (instrumentos, fontes de dados ou indicadores oficiais como IDEB, SAEB etc.) – 2 pontos;
- Define forma de acompanhamento contínuo da gestão (reuniões periódicas, relatórios técnicos, visitas técnicas) – 1 ponto;

3.2 Adequação às Necessidades da Rede Municipal (até 5 pontos)

- Demonstra alinhamento com a legislação educacional vigente (LDB, PNE, Fundeb, BNCC) – 1,25 pontos;
- Apresenta proposta específica para melhoria de indicadores de aprendizagem – 1,25 pontos;
- Contempla ações voltadas à Educação Infantil e Ensino Fundamental – 1,25 pontos;
- Acompanhamento e orientações em sistemas/plataformas e programas educacionais como MEC e FNDE – 1,25 pontos;

3.3 Adequação às Necessidades da Rede Municipal (até 5 pontos)

- Define indicadores quantitativos de acompanhamento – 2 pontos;
- Estabelece metas ou resultados esperados – 2 pontos;
- Prevê instrumentos de monitoramento e avaliação – 1 pontos;

4. Especialização Acadêmica na Área da Educação (até 10 pontos)

Pontuação atribuída à formação acadêmica do profissional responsável técnico pelo contrato, mediante comprovação por diploma reconhecido pelo MEC na área de Educação.

Titulação Comprovada

Pontuação

1 Pós-graduação lato sensu	2 pontos
2 Pós-graduações lato sensu	5 pontos
1 Pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado)	10 pontos

Observações:

- Será considerada apenas a maior titulação apresentada, não sendo cumulativa com as demais.
- A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de diploma ou certificado devidamente reconhecido pelo MEC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
ESTADO DE MINAS GERAIS

MEMORANDO

Memorando nº 61/2026

Frutal/ MG, 19 de março de 2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Assunto: Informações complementares ao ETP/TR – Serviços de consultoria em gestão educacional

Trata-se de memorando contendo informações complementares ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Termo de Referência (TR) elaborados para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoramento em gestão educacional, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação.

Conforme disposto no Termo de Referência, consta a seguinte previsão: *"A execução contratual compreenderá atendimentos presenciais periódicos no município, bem como suporte técnico remoto permanente, conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência."*

Diante disso, e com o objetivo de melhor detalhar a forma de execução dos serviços, informa-se que a carga horária da execução contratual será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

- 16 (dezesesseis) horas semanais em regime remoto (online);
- 4 (quatro) horas semanais em regime presencial, no âmbito do município.

As presentes informações visam complementar e conferir maior clareza às condições de execução contratual já previstas nos instrumentos técnicos, subsidiando a adequada condução do processo licitatório.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Regina Maura Macedo de Oliveira
Secretaria Municipal de Educação

Praça Doutor França, 100, Centro CEP 38.200-000 – Frutal –
Estado de Minas Gerais Telefone: (34) 3423-2800

Prefeitura Municipal de Frutal
Estado de Minas Gerais
Relação de Itens com Valor Estimado

Item	Descrição	Qtde	Un.	Unit.Est.	Unit. Total.
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO EM GESTÃO EDUCACIONAL - destinados ao atendimento das demandas da secretaria municipal de educação e inclusão, visando ao aprimoramento da gestão administrativa, pedagógica e estratégica da rede municipal de ensino.	12	MS	R\$5.825,5600	R\$69.906,72
TOTAL ESTIMADO				R\$69.906,72	